

# Diário de Notícias

---

## Continuamos à espera...

Continuamos à espera que os direitos humanos se cumpram na sua universalidade e indivisibilidade.

**PATROCÍNIO**

Tenho tido oportunidade de, além de relatórios e estudos, conhecer in loco a realidade de muitas jovens, de mulheres e de comunidades sem alguns dos direitos fundamentais, muitos dos quais assumimos frequentemente como adquiridos. Em finais de agosto voltei a Moçambique com uma delegação de cinco parlamentares (Bélgica, Espanha, Finlândia, Portugal, Suécia) e com os responsáveis locais - incluindo comissões parlamentares, Governo, sociedade civil e UNFPA - testemunhei o que continuam a ser alguns dos maiores desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos no mundo em que vivemos: o avanço lento e os passos difíceis para a universalização da saúde materna, do planeamento familiar e dos direitos das jovens raparigas.

Em Moçambique, como anteriormente na Guiné-Bissau ou noutros países de África, alguns números e relatórios que leio encontram rostos e a certeza de que o impacto das políticas de cooperação e de desenvolvimento em matéria de saúde e educação tarda a chegar para prevenir as 800 mortes (evitáveis) de mulheres por dia, por causas associadas à gravidez e ao parto.

Nas escolas, nas ONG, nas comunidades e nos hospitais que visitámos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio eram conhecidos e usados para demonstrar alguns dos avanços (por exemplo no acesso ao tratamento anti-retroviral nos serviços de saúde) mas sobretudo quão distante se estava na prevenção do VIH (o encontro com as pessoas seropositivas em Katembe foi profundamente revelador do muito que há ainda a fazer), do problema real da gravidez adolescente e discriminação abordado com a bancada feminina na Escola Francisco Manyanga (as meninas adolescentes grávidas não podem frequentar os cursos diurnos, 21% das meninas casam antes dos 15 anos e 57% antes de completar os 18), as muitas adolescentes, as muitas mulheres, as muitas mães e crianças a aguardar os serviços de saúde sexual e reprodutiva, de saúde materna, de planeamento familiar, de vacinação no Hospital de Bilene ou na Unidade de Saúde de Chicumbane. Em Moçambique, apesar de todos os esforços feitos pelo Governo, os serviços de clínica geral estão disponíveis apenas ao nível distrital (128 distritos) e médicos especialistas ao nível das 11 províncias. Os profissionais de enfermagem são em Moçambique como em muitos outros países os grandes prestadores de cuidados de saúde. A taxa de prevalência contraceptiva é de 11,3 e a cooperação e assistência de doadores internacionais eram, de acordo com os dados disponíveis, as únicas fontes de recursos, com 72% assegurados pelo UNFPA e o restante pela USAID. O Governo moçambicano apresentou recentemente um orçamento para a saúde reprodutiva que permitirá financiar 5% das necessidades em medicamentos e recursos essenciais à saúde reprodutiva no futuro próximo. Em Moçambique, de acordo com dados oficiais (2011), mais de 50% das mulheres sofreram alguma forma de violência física, sexual ou psicológica. Sete em cada dez meninas identificam casos de assédio sexual e abuso em contexto escolar. O país tem leis e planos nacionais de ação, mas o ritmo da mudança é lento para responder à urgências de milhões de raparigas moçambicanas. Apesar de todos estes esforços, em Moçambique a esperança de vida à nascença é de 51 anos e 40% da população não têm acesso a cuidados de saúde.

Mas os dados recolhidos nesta visita de estudo de parlamentares a Moçambique podem ser identificados noutros países, onde o ritmo lento da mudança de mentalidade, os recursos necessários aos cuidados de saúde primários, à educação e saúde sexual e reprodutiva, ao cumprimento dos direitos fundamentais é agravado pelas situações de pobreza e discriminação, pela fragilidade dos sistemas de proteção social e pelas prioridades geoestratégicas e económicas que esquecem o essencial: não há desenvolvimento sem pessoas e são as pessoas, as famílias e as comunidades saudáveis e informadas que fazem a economia sustentável dos países. É difícil conviver com esta realidade e não fazer nada.

É urgente que nas agendas de desenvolvimento e direitos humanos que estão em cima da mesa em Portugal na União Europeia, na CPLP, nas Nações Unidas cada participante faça o seu papel para defender e promover também os direitos, a igualdade, a educação e a saúde sexual e reprodutiva como pilares do desenvolvimento social sustentável. É destas decisões que milhões continuam à espera. Quando estudamos relatórios, quando sabemos ouvir e vemos a realidade para lá dos protocolos, testemunhamos que os Direitos Humanos Universais e Indivisíveis e o Programa de Acção da CIPD (Cairo, 1994) ainda não chegam a todas as pessoas... reverter esta situação é o investimento inteligente a fazer no futuro de um mundo mais justo e solidário.

*\* Presidente do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento*

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico

MARIA ANTÓNIA ALMEIDA SANTOS \*

publicado a 2014-04-11 às 01:00

---

Para mais detalhes consulte:

[http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=3806893](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=3806893)

GRUPO CONTROLINVESTE

Copyright © - Todos os direitos reservados